

## AS RELAÇÕES DE PODER NA FORMAÇÃO DA ELITE CAFEIRA DO MUNICÍPIO DE MANHUAÇU 1877 – 1896

Área Temática: História

Flávio Mateus dos Santos<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe apresentar um estudo sobre as relações de poder estabelecidas na formação das estruturas políticas de dominação na região leste do Estado de Minas Gerais tendo como foco principal a economia cafeeira. Este material já foi alvo de alguns estudiosos como Maria Efigênia Lage de Resende, o inglês Paul Cammack, o norte americano John D' Wirt.

Entretanto, o nosso recorte temporal (1877 – 1896) estará abrangendo a formação do Município de Manhuaçu, local este de grande disputa de poder e localização geoestratégica para os coronéis administrarem não somente a terra, o café ou as matas, como também o controle de uma estrutura de poder que abriria espaço para controlar e manipular a política coronelística do leste mineiro.

Cabe aqui informarmos que estaremos apresentando no decorrer da escrita desse trabalho o nome do município em análise de duas formas diferentes: 1º) Manhuassu grafado com “ss” usaremos em decorrência dos documentos daquele período analisado, sobretudo pára referimo-nos ao jornal “O Manhuassu.” 2º) Manhuaçu, grafado com “ç,” de acordo com a grafia atual.

Parte do material utilizado nesse estudo foi extraído do livro: “A República do Silêncio,” do professor Mestre em História Social Flávio Mateus dos Santos, professor da Facig e autor deste artigo. Nesse estudo, o referido autor analisa as bases de formação de uma experiência política que ficou conhecida por alguns estudiosos do tema por: “República Manhuassu” e as incorpora em uma nova temática que descortina interessantes fontes que ajudam a estudar a formação de uma elite cafeeira coronelística na região leste do Estado de Minas Gerais.

Sobre a “República Manhuassu,” trata-se de uma experiência política realizada por um coronel do “Município de Manhuassu” que, ao ser destituído do poder de Prefeito Municipal, organizou um movimento de caráter separatista fundando uma República independente do Brasil por 22 dias, com moeda própria, bandeira, demarcação territorial e diversas outras argumentações que reforçavam seus ideais<sup>2</sup>

O autor se vale de uma discussão bibliográfica muito importante para se compreender os “silêncios” produzidos pelas estruturas políticas de dominação durante toda essa multiplicidade de tempos e também o teatro onde se deram grandes batalhas pela disputa do poder local que ofereceram condições para ocorrer uma experiência de República que ficou desconhecida pela historiografia que estuda esse período.

<sup>1</sup> Mestre em História Social – USS; Especialização Em História do Brasil – UNEC; Professor dos cursos de Serviço Social e Gestão de Turismo da Facig

<sup>2</sup> SANTOS, Flávio Mateus dos. A República do Silêncio: Manifestações do poder local no leste de Minas Gerais. Caratinga: UNEC, 2009, 1º Ed.

É preciso dizer que essa experiência política foi fruto de diversas instabilidade políticas que estavam em vigor naquele dado momento histórico e que, foi um somatório de acontecimentos como: conflitos pela posse de terra, a rivalidade dos coronéis para administrar o poder público local, as mudanças operadas na política do período como a mudança de regime político e até a geografia da região ofereceram condições *cine-qua-non* para a ocorrência de uma experiência política dessa envergadura.

Mas antes de analisar a experiência da formação das estruturas políticas de dominação da região leste de Minas Gerais no Município de Manhuaçu, torna-se relevante uma breve apresentação do município em questão.

Forneceremos estes dados para que se possam ser analisado os objetivos geo-estratégicos que os protagonistas buscavam e o ponto referencial que o Município ocupava. Verificamos de início que o Município de Manhuaçu esta próximo da fronteira do Estado do Espírito Santo, recebendo em um de seus Distritos (Realeza) o entroncamento das duas maiores rodovias do país (BR 262 e BR 116), por onde circulam mercadorias de grande parte do território nacional.

É também uma região que facilita o escoamento de produtos em para a exportação utilizando-se do porto de Vitória no Estado do Espírito Santo. O grande investimento no cultivo do café deu à este município seu nome registrado na obra de John D. Wirth, como um dos grandes municípios produtores de café na década de 20<sup>3</sup>

É preciso abrir um espaço para afirmar que a região de Manhuaçu no período em estudo (1877 a 1896) possuía 18.102 km<sup>2</sup> de acordo com a cartógrafa Gislaine Fernanda de Barros contratada por Flávio Mateus na realização de seu estudo de Mestrado na Universidade Severino Sombra de Vassouras e que hoje conta com 624 Km<sup>2</sup>.<sup>4</sup>

Iremos analisar a formação de uma elite baseada na economia cafeeira no Município de Manhuaçu-MG. Ele está localizado na micro-região vertente ocidental do Caparaó, no leste do estado<sup>5</sup>. Segundo os dados do antigo D.N.E.R. (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), registrados no trabalho de Ana Maria Vaz de Medina<sup>6</sup> ele possui as seguintes distâncias dos pólos regionais:

<sup>3</sup> WIRTH, John D. O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (Coleção estudos brasileiros; v. 50), p. 50.

<sup>4</sup> SANTOS, Flávio Mateus dos. A República do Silêncio: Manifestações do poder local no leste de Minas Gerais. Caratinga: UNEC, 2009, 1º Ed.

<sup>5</sup> MEDINA, Ana Maria Vaz de Assis. Diagnóstico Municipal de Manhuaçu. Belo Horizonte: Elaboração: A & M Consultores Associados Ltda, 06/1996, p.05.

<sup>6</sup> Idem, ibidem.



Tabela 1

Centros Nacionais	Km	Pólos Regionais	Km
Belo Horizonte	278	Gov. Valadares	202
Rio de Janeiro	420	Juiz de Fora	280
São Paulo	763	Manhumirim	25
Brasília	1.040	Ipatinga	168
Vitória	262	Muriae	129

Fonte: trabalho de Ana Maria Vaz de Medina. Regiões em Desenvolvimento.<sup>7</sup>

Além de sua proximidade com os pólos regionais e os centros nacionais, verificamos em mapeamentos regionais<sup>8</sup> que o Município de Manhuaçu está próximo da fronteira do Estado do Espírito Santo.

Por ser também uma região que facilita o escoamento de produtos para a exportação, damos destaque para o café, por ser o seu produto de maior importância econômica.<sup>9</sup> Através da estrada de Ferro Leopoldina, os mineiros utilizavam o porto do Rio de Janeiro para exportar o café.<sup>10</sup>

O grande investimento no cultivo do café no período da fundação do Município valorizou muito as terras dessa região, imprimindo-lhe grandes progressos. É o que se registra em um artigo apresentado na edição especial de uma revista dedicada aos interesses da lavoura cafeeira, onde o Município de Manhuaçu aparece em Primeiro lugar, com o preço da terra avaliado em 22.220.363.\$\$. 000 (Vinte e dois bilhões, duzentos e vinte milhões, trezentos e sessenta e três mil réis).<sup>11</sup>

A pecuária também contribuía para o desenvolvimento dessa região, segundo John D. Wirth, "nos anos de 1897, 1909, 1929 a 1937, toda a economia sofreu por causa dos preços baixos do café, em razão da grande oferta, estimulando assim a diversificação de produtos e serviços nessa região."<sup>12</sup>

Ao estudarmos o Município de Manhuaçu, constatamos o início de uma nova mudança de ciclo econômico na região (da economia cafeeira para a pecuária). Com isso, podemos perceber a adesão de novas propostas econômicas em momentos de fragilidade da economia cafeeira.

Através destes registros supracitados, verifica-se que o Município de Manhuaçu procura dedicar a maior parte de seus investimentos na pecuária suína e bovina,

<sup>7</sup> Idem, ibidem.

<sup>8</sup> Idem, ibidem.

<sup>9</sup> As principais classes observadas são os Latossolos, que ocupam as porções mais elevadas do terreno, sendo que, dentro desta classe, destacam-se os Latossolos vermelho-escuro, gerados a partir do intemperismo de rochas básicas e que, pela mesma razão, apresentam maior riqueza em micro e macro nutrientes, além de uma boa resistência aos agentes da erosão. Trata-se de solos que, aliados aos atributos do clima regional, prestam-se muito bem ao cultivo do café, tradicional e fortemente estabelecido na área". (Sic) Idem, ibidem, p.11.

<sup>10</sup> WIRTH, John D. O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (Coleção estudos brasileiros; v. 50), p. 82.

<sup>11</sup> O JORNAL. A Produção cafeeira em Minas Gerais. Edição comemorativa do Bicentenário do café. Rio de Janeiro, 1919, p. 02.

<sup>12</sup> WIRTH, John D. O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (Coleção estudos brasileiros; v. 50), p. 82.



substituindo as lavouras cafeeiras em períodos de crise por superprodução, como ocorreu após 1900<sup>13</sup>. Com isso, o poder político dos antigos coronéis começa a entrar em decadência não só em função das crises do café, como já foi citado anteriormente, como também pela fragmentação territorial dessa região e a implantação de uma estrada de ferro em Caratinga – MG (seu antigo distrito), destinando a produção e o transporte de produtos, serviços e passageiros para outras regiões do Estado de Minas Gerais e estimulando assim novos mercados.

Para analisar com mais profundidade essa experiência econômica, utilizaremos alguns dados extraídos de algumas fontes, como Jornais da época, processos criminais e registros de historiadores locais, onde os iremos comparar com dados estatísticos e extrairemos subsídios que possam contribuir para uma análise da economia, da sociedade e da política existente naquela região que possam ter contribuído para a formação dessa elite.

De acordo com o trabalho de Flávio Mateus, Manhuaçu já possuiu três sedes, são elas: “Aldeamento do Manhuassu” fundado por Guido Tomáz Marlière em 1824 onde se localiza atualmente o Município de Aymorés, “São Simão do Manhuassu” em 1867, onde se localiza o Município de Simonésia e “São Lourenço do Manhuassu” em 1877, onde atualmente se localiza Manhuaçu.<sup>14</sup>

Desta forma, verifica-se que a estratégia de mudar o posicionamento da sede do Município de Manhuaçu poderia trazer muitos benefícios, como de fato trouxe, favorecendo as atividades comerciais, pelo contato entre Norte, Sul, Leste e Oeste e possibilitando também o escoamento de produtos como o café destinado à exportação, uma vez que essa mudança de sede se localizaria em uma região onde havia um grande entroncamento de estradas de tropeiros (Realeza) e uma proximidade maior com nativos mais pacíficos que serviriam de mão de obra em Ponte da Aldeia, hoje um bairro da cidade de Manhuaçu.<sup>15</sup>

É corrente a afirmação de que no final do Século XIX a região onde se encontra o município de Manhuaçu foi marcada pela influência da economia cafeeira. E a influência desse ciclo econômico no Brasil, em especial nessa região, contribuiria para aumentar o poder aquisitivo de seus habitantes.

Vários fatores contribuiriam para favorecer o processo de urbanização no Estado de Minas Gerais no final do século XIX, e Emília Viotti da Costa aponta alguns deles:

Primeiro, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre: a cessação do tráfico em 1850, a abolição em 1888 e a entrada de numerosos imigrantes no sul do país. Em segundo lugar, a instalação da rede ferroviária, iniciada em 1852 e que no final do século atingiria mais de nove mil quilômetros construídos e quinze mil em construção. Finalmente, as tentativas, bem sucedidas, de industrialização e o desenvolvimento do sistema de crédito. (Sic)<sup>16</sup>

<sup>13</sup> Idem, ibidem. p. 45.

<sup>14</sup> SANTOS, Flávio Mateus dos. A República do Silêncio: Manifestações do poder local no leste de Minas Gerais. Caratinga: UNEC, 2009, 1º Ed.

<sup>15</sup> Idem, ibidem.

<sup>16</sup> COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: Momentos decisivos. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p.251.



Essas alterações nos quadros sociais contribuíam para que se formasse uma nova elite comercial, em substituição aos setores estacionários do sistema colonial do Brasil, proporcionando também uma mudança de mentalidade no meio social, em função dos novos projetos políticos que estavam em questão (1877 – 1896).

Existiram diferentes projetos de República (Ditadura Militar, Positivismo, Jacobinismo e Republicanos históricos). E estes projetos políticos ocasionaram grandes embates dirigidos por partidários de Deodoro da Fonseca, Benjamim Constant, Quintino Bocaiúva.<sup>17</sup>

A mudança de ciclo econômico no Brasil contribuiu para transformar os fazendeiros em pequenos empresários, como afirma Emília Viotti:

Os empreendimentos empresariais seriam bem mais vistos, à medida que os próprios fazendeiros se convertem, em certas áreas, numa espécie de empresário, introduzindo melhoramentos em suas fazendas, tentando substituir o escravo pelo trabalhador livre, aperfeiçoando os métodos de beneficiamento de café, associando-se a empresas industriais, investindo em ferrovias e organizações bancárias, assumindo atitudes progressistas em matéria de política, vendo com simpatia as idéias republicanas.<sup>18</sup>

Percebe-se essas transformações ao estudarmos a história do Município de Manhauçu, em que os setores mais “tradicionais” foram aos poucos perdendo seu espaço, em função das novas transformações econômicas.

No Município de Manhauçu as novas propostas políticas eram vistas com “bons olhos” pelos coronéis que investiam na economia cafeeira e lutavam por reformas políticas e econômicas, como foi registrado em várias edições do jornal “O Manhuassu.”

Verifica-se que as crises políticas e econômicas do final do século XIX e a mudança de ciclo econômico fizeram com que muitos fazendeiros vendessem suas terras e mudassem para as cidades, e até mesmo para outros municípios, onde passavam a ocupar altos cargos públicos, utilizando-se de uma atividade política conhecida como “Clientelismo”. Décio Saes chama a atenção para esse acontecimento:

A aristocracia rural controlava o acesso aos cargos públicos; isto lhe permitiu aquinhoar os seus parentes mais pobres com postos na alta administração e no judiciário. Evidentemente, laços afetivos e parentais explicam em parte esta atitude protetora; porém as oligarquias sentiam-se mais seguras ao converter nos seus prepostos no aparelho burocrático do Estado as pessoas que se moviam dentro do mesmo mundo psicológico, social, ético e cultural.

<sup>17</sup> CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990, p. 37.

<sup>18</sup> COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: Momentos decisivos. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p.250



Assim, as camadas médias “destituídas” e tradicionais viviam a sombra dos troncos oligárquicos, gratas pela proteção e orgulhosas pela convivência. Esta dependência profissional e econômica apenas veio reforçar a vinculação afetiva, social e ideológica e estabeleceu as condições para que os setores médios tradicionais fossem utilizados como “massa de manobra” pela política oligárquica ao longo da primeira República.<sup>19</sup>

Foi através destes fatores que apareceram novas figuras no cenário político no Município de Manhuaçu. Dentre eles podemos citar não só o coronel Serafim Tibúrcio, que chegou ao Município como vendedor de fumo, e em pouco tempo chegou ao cargo de coletor de impostos, situação esta favorecida graças também ao “clientelismo praticado com distintas figuras do cenário político.”

Serafim Tibúrcio quando chegou ao Município de Manhuaçu, foi auxiliado por Joaquim Gonçalves Dutra, o primeiro Prefeito do Município, nomeando-o cobrador de impostos municipal. O coronel Antônio David Lopes Abelha, era fiador do coronel. O governador do Estado Cesário Alvim praticava relações de Clientelismo Político com o coronel Serafim Tibúrcio proporcionando uma boa administração quando se tornou Prefeito Municipal, facilitando recursos para a administração municipal.<sup>20</sup>

Com um bom suporte político nos bastidores, o coronel Serafim Tibúrcio conseguiu enriquecer também graças à implantação da primeira máquina de beneficiar café no Município<sup>21</sup>. Neste sentido, percebe-se que o investimento no café contribuía para que os serviços derivados de seu cultivo promovessem a ascensão social de diversos grupos que figuravam no Município de Manhuaçu. Ao mesmo tempo em que esse fator contribuía para dar ascensão social a determinados indivíduos no cenário econômico, contribuía também para engrossar as fileiras das facções políticas locais.

O exercício de diferentes profissões, na medida em que exigia diferentes graus de aptidão, qualificação ou responsabilidade (o que estabelecia gradações na sua valorização social) e gerava diferentes níveis de renda (sabemos que o consumo, que é função da renda pode funcionar como instrumento de afirmação ou consolidação de “status”), nuançava o sistema mais geral de estratificação social (proprietários, trabalhadores não manuais e trabalhadores braçais), introduzindo assimetrias entre as camadas médias urbanas e tornando mais difícil a sua unificação em torno de um projeto político próprio.<sup>22</sup>

<sup>19</sup> SAES, Décio. Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889 –1930). Petrópolis: Vozes, 1975, p.34-35.

<sup>20</sup> MIRANDA, Roberto de Assis. Histórico de Manhuaçu. Manhuaçu: Datilografado, 1997, p.05-06.

<sup>21</sup> Idem, ibidem, p. 36.

<sup>22</sup> SAES, Décio. Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889 –1930). Petrópolis: Vozes, 1975, p. 41,



Para fazer um estudo sobre as condições básicas para a implantação da economia cafeeira na região onde se situa o município de Manhuaçu, recorreremos aos estudos de Wilson Cano, o qual afirma que as condições básicas para o sucesso da cultura cafeeira em uma região dependiam fundamentalmente dos seguintes fatores:

Existência de uma burguesia de posse de capital-dinheiro, da existência de terras aptas ao cultivo, da existência de mão-de-obra e de uma demanda externa para o produto.<sup>23</sup>

Pode-se dizer que existiam estes requisitos básicos para o investimento na economia cafeeira na região onde se situava o Município de Manhuaçu, pois em Manhuaçu algumas famílias se destacavam ao fazer parte dessa elite. Os coronéis que representavam essa elite são os seguintes: "Serafim Tibúrcio da Costa, possuidor da primeira máquina de beneficiar café, Joaquim Gonçalves Dutra (Dutrão), maior proprietário de terras da região, Frederico Antônio Dolabela, grande proprietário de Terras e José Inácio Nogueira da Gama que foi agraciado com mudas de café oferecidas por D. Pedro II."<sup>24</sup>

Quanto ao problema da mão-de-obra, a solução apresentada foi o retalhamento do latifúndio em pequenas propriedades, passando a ser exploradas no regime de parcerias,<sup>25</sup> e também com a imigração.

E por falar em imigração, o município de Manhuaçu recebeu muitos imigrantes graças ao investimento na lavoura cafeeira. No trabalho de Núbio Argentino Batista apresentam-se os nomes das diversas famílias de imigrantes (alemãs, suíças, italianas, inglesas, francesas, portuguesas e espanholas) que vieram para o município de Manhuaçu.<sup>26</sup>

Se por um lado o investimento na lavoura cafeeira traria recursos econômicos para a região, como de fato trouxe, por outro, "Minas continuava dependente do capital mercantil da Guanabara (exportações) e de São Paulo (ferrovias)."<sup>27</sup>

Mesmo com essas debilidades apontadas na economia, na região apareceram figuras políticas que se tornaram ricas graças ao investimento na lavoura.

Destaca-se novamente o coronel Serafim Tibúrcio, que conseguiu enriquecer também graças ao investimento em um dos serviços derivados da produção cafeeira (o beneficiamento de café).

Um outro fator que permitiu a efetivação do poder de mundo em suas terras pelos coronéis era a adesão nas forças militares com a compra de títulos militares ou a

<sup>23</sup> CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850 – 1930). São Paulo: Estudos Econômicos, maio/ago. 1985, p. 292.

<sup>24</sup> Ver: MIRANDA, Roberto de Assis. Histórico de Manhuaçu. Manhuaçu: Datilografado, 1997. SANTOS, Flávio Mateus dos. A República do Silêncio: Manifestações do poder local no leste de Minas Gerais. Caratinga: UNEC, 2009, 1º Ed.

<sup>25</sup> CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850 – 1930). São Paulo: Estudos Econômicos, maio/ago. 1985, p. 292.

<sup>26</sup> BATISTA, Núbio Argentino. Manhuaçu, Minha terra adotiva. Manhuaçu: Editora Indústria Gráfica Brasil, 1991, p. 111.

<sup>27</sup> CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850 – 1930). São Paulo: Estudos Econômicos, maio/ago. 1985, p. 296.



própria nomeação. Essa alternativa encontrada pelos proprietários de terras ajudava a evitar a ameaça de posseiros invadirem suas terras. Chegou-se a essa constatação devido ao fato de nenhum dos coronéis que habitavam a região do município de Manhuaçu ter tido suas terras invadidas por posseiros.

Ao comprarem títulos, os coronéis, maiores, capitães, além de estar figurando do lado do governo republicano, estabeleciam e firmavam relações de clientelismo com as elites locais que figuravam no cenário político. Com isso, as decisões relacionadas às distribuições e demarcações de terras, bem como os grupos políticos que administrariam os setores públicos, estariam nas mãos destes chefes locais pela sua relação clientelística com as elites do poder público.

Esta situação recorrente em Manhuaçu pode ser confirmada no processo criminal instaurado contra o coronel Nicolau da Costa Matos, movido pela viúva de Honório de Vasconcelos, no qual o coronel possuía e gozava do apoio do grupo político dominante, mesmo sendo acusado de assassinato, com testemunhas. Situação semelhante a essa, também apresentada em um processo criminal instaurado contra o vigário Odorico Dolabela no mesmo período.

O Município de Manhuaçu também possuiu uma grande quantidade de políticos ligados às esferas militares, com patentes compradas ou nomeadas, como a do coronel João do Calhau<sup>28</sup> e a do coronel Serafim Tibúrcio.<sup>29</sup> Dentre eles se destacam dois grupos representando as facções políticas que se dividiram após a Proclamação da República no município de Manhuaçu. São elas: a dos dolabelistas (coronel Frederico Dolabela, coronel David Lopes Abelha, coronel Leopoldo Nogueira da Gama, promotor público em 1894, coronel Nicolau da Costa Matos), e a dos Serafinistas (coronel Antônio Rafael Martins de Freitas, coronel José Bento Barbosa, coronel Joaquim José dos Santos Mestre, 1º Prefeito de Caratinga, e os capitães José Ramalho, de Ipanema, Antônio José Rodrigues, de Caratinga e Manoel Soares de Souza, de Entre Folhas).

Percebe-se que o grupo dos serafinistas era maior que o grupo dos dolabelistas, figurando um número maior de homens ligados às esferas militares. No entanto, "o grupo dos dolabelas possuía um contato com o irmão do deputado Henrique Diniz,"<sup>30</sup> que "no período de 1894, era membro do mesmo grupo político do governador do Estado de Minas Gerais Crispim Jaques Bias Fortes, além de possuírem o apoio do juiz da comarca de Manhuaçu."<sup>31</sup> Com isso o grupo dos dolabelas, através de relações de clientelismo, conseguiam administrar maiores recursos naquele momento que o grupo dos serafinistas.

Os Políticos que não tivessem estabelecido suas alianças em bases bem sólidas poderiam "desaparecer do cenário político." Podemos citar Cesário Alvim, que praticamente ficou nos bastidores até finalmente desaparecer do cenário com a ascensão de Crispim Jaques Bias Fortes ao governo de Minas Gerais, após sua renúncia do governo do Estado em 1891, ao apoiar o movimento da cidade de

<sup>28</sup> "Em ato de 17 de agosto de 1892, da Presidência da República, foi nomeado Tenente da Guarda Nacional para 4º Cia. Do 101º Batalhão de Infantaria, da Comarca de Manhuaçu, em Patente assinada por Floriano Peixoto e Fernando Lobo." O JORNAL. De simples Tropeiro a chefe político de grande prestígio. Traços marcantes da vida do Cel. João do Calhau. Rio de Janeiro, 02, mar. 1948

<sup>29</sup> O MANHUASSU. Guarda Nacional, Manhuaçu: 12, jul. 1891.

<sup>30</sup> JÚNIOR, Augusto Pereira da Costa. DELGADO, Ignácio José Coutinho. Perfil da Política no Estado de Minas Gerais (1889 – 1898). Um estudo de caso: A Guerra Coronelística em Manhuaçu. Juiz de Fora: (Monografia) UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), 1995, p. 70.

<sup>31</sup> Idem, ibidem. P. 70.



Campanha.<sup>32</sup> Em nosso estudo, podemos citar como exemplo o coronel Serafim Tibúrcio, em Manhuaçu, que não conseguiu estabelecer alianças com os grupos que ocupavam o cenário político após a queda de Cesário Alvim.

Afastados do antigo "aliado" (Cesário Alvim), os adversários do coronel Serafim Tibúrcio aproximaram-se do grupo "biísta" após a criação do PRC (Partido Republicano Constitucional), graças à presença importante entre eles do Dr. Alberto Diniz, que era a garantia de um canal de comunicação desta facção com políticos importantes da capital e mais tarde com o próprio governo, após a nomeação de seu irmão, Henrique Diniz, como secretário do interior. O agrupamento de "históricos," "biístas" e "silvianistas" em torno do PRC, acabou isolando os alvinistas de todo o Estado, deixando o coronel Serafim Tibúrcio sozinho, na contramão do crescente movimento em direção ao oficialismo e à dominação oligárquica. A sua situação ficou complicada, pois mesmo que ele quisesse abandonar o alvinismo, não haveria um grupo no qual se ligar, pois os seus adversários já tinham ocupado os espaços que haviam surgido e a possibilidade de alianças com eles era totalmente nula.<sup>33</sup>

Pudemos constatar que as manifestações do coronelismo estavam presentes no cenário da trama, pois elas eram o mecanismo pelo qual os protagonistas dessa história teriam não somente o acesso ao poder público local, como também teriam instrumentos para se perpetuarem e ainda afastar seus inimigos do poder. Este tipo de separação formava grupos rivais dentro do município e proporcionava muitos conflitos pela disputa de poder que ocasionava na ascensão e queda de poder dessas facções políticas.

Estudar a formação das elites cafeeiras dessa região ajuda a entender não somente a história da formação das estruturas de poder na região leste do estado de Minas Gerais, como também fornece dados para entender os avanços e retrocessos da economia cafeeira em função da superprodução.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BATISTA, Núbio Argentino. Manhuaçu, Minha terra adotiva. Manhuaçu: Editora Indústria Gráfica Brasil, 1991

CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850 – 1930). São Paulo: Estudos Econômicos, maio/ago. 1985

CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990

<sup>32</sup> WIRTH, John D. O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (Coleção estudos brasileiros; v. 50), p. 67. Ver também: RESENDE, Maria Efigênia Lage. Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: O novo PRM (1889 – 1906). Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982, p. 81.

<sup>33</sup> JÚNIOR, Augusto Pereira da Costa. DELGADO, Ignácio José Coutinho. Perfil da Política no Estado de Minas Gerais (1889 – 1898). Um estudo de caso: A Guerra Coronelística em Manhuaçu. Juiz de Fora: (Monografia) UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), 1995, p. 90.



COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: Momentos decisivos. São Paulo: Editora UNESP, 1999

JÚNIOR, Augusto Pereira da Costa. DELGADO, Ignácio José Coutinho. Perfil da Política no Estado de Minas Gerais (1889 – 1898). Um estudo de caso: A Guerra Coronelística em Manhuaçu. Juiz de Fora: (Monografia) UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), 1995

MEDINA, Ana Maria Vaz de Assis. Diagnóstico Municipal de Manhuaçu. Belo Horizonte: Elaboração: A & M Consultores Associados Ltda, 06/1996, p.05.

MIRANDA, Roberto de Assis. Histórico de Manhuaçu. Manhuaçu: Datilografado, 1997

O JORNAL. A Produção cafeeira em Minas Gerais. Edição comemorativa do Bicentenário do café. Rio de Janeiro, 1919

O MANHUASSU. Guarda Nacional, Manhuaçu: 12, jul.1891.

SAES, Décio. Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889 – 1930). Petrópolis: Vozes, 1975

SANTOS, Flávio Mateus dos. A República do Silêncio: Manifestações do poder local no leste de Minas Gerais. Caratinga: UNEC, 2009, 1º Ed.

WIRTH, John D. O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (Coleção estudos brasileiros; v. 50), p. 50.